

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

RESULTADOS

Ref.: agosto/2026

1. MINUTA DA POLÍTICA DE E-MAIL INSTITUCIONAL – No âmbito do acompanhamento da elaboração da minuta do Ato Normativo Conjunto que instituirá a Política de Gerenciamento de e-mail no PJBA, a Comissão avaliou as manifestações das unidades consultadas. Foi consignado que a Coordenação dos Juizados Especiais (COJE) aprovou o texto na integralidade e a Corregedoria-Geral validou o parecer de sua Assessoria Jurídica, de forma favorável. A Segunda Vice-Presidência sugeriu alterações, enquanto as manifestações da Primeira Vice-Presidência e da Corregedoria do Extrajudicial ficaram pendentes de conclusão, motivando cobrança de celeridade por parte do Presidente da CEIN. O Colegiado deliberou, ainda, que, após recebidas todas as manifestações, a SETIM realizará uma reunião técnica para avaliar a viabilidade das sugestões e, posteriormente, convocará um encontro conjunto com as vice-presidências e corregedorias para leitura final e aprovação do texto a ser encaminhado à Presidência do Tribunal.

2. PERFIL DE ASSESSOR MASTER NO PJE – Cobrando o andamento do desenvolvimento da funcionalidade "Assessor Master" (que permite a consulta de pautas de julgamento e votos das sessões, pelos gabinetes), a Comissão foi informada pela SETIM de que a ferramenta já foi homologada junto à Secretaria Judiciária (SEJUD), encontrando-se em fase de testes. Contudo, foi esclarecido pela Secretaria, que, como o código não foi incluído na versão 2.10 do PJe, a implementação ocorrerá, somente, após a migração de versões (2.2 para 2.10). Deliberou a Comissão, ainda, pela realização de uma homologação adicional no gabinete do Desembargador Renato Marques, demandante da funcionalidade e pelo envio posterior, diretamente pela SETIM, de solicitação dirigida à Presidência do Tribunal de edição de da norma autorizativa de uso da ferramenta. Por se tratar de perfil de uso restritivo, ficou decidido, que, após a assinatura presidencial, serão expedidos ofícios explicativos e cards informativos direcionados aos Desembargadores.

3. IMPEDIMENTOS DE MAGISTRADOS NA 6ª TURMA RECURSAL – Ao pautar o problema de impedimentos automáticos de Magistrados remanejados para a 6ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, a Comissão analisou o pleito de sinalização sistêmica dos atos praticados no Primeiro Grau, pelos Magistrados integrantes da Turma. A SETIM esclareceu que o expediente está sob análise da Diretoria de Sistemas (DIS), mas o desenvolvimento encontra-se temporariamente postergado, devido ao sobrestamento de alterações no código do PJe durante o processo de migração de versões do PJe (2.2 para 2.10). A CEIN deliberou por se informar à COJE que a demanda técnica será integralmente atendida após a conclusão, em definitivo, da atualização do PJe para a versão 2.10.

4. GUIA DE COMUNICAÇÃO DOS SISTEMAS / PORTAL PJE – No bojo da fiscalização do plano de comunicação do sistema PJe de primeiro e segundo graus, e da proposta de portal específico para esse sistema, a SETIM informou que foram previamente aprovados pelo grupo interno do



PJe - e encaminhados ao Comitê de Aperfeiçoamento do PJe -, que avaliou o documento, favoravelmente. Diante dos pareceres favoráveis emitidos pelo grupo interno e pelo Comitê de Aperfeiçoamento do PJe, e sem que houvesse objeções de quaisquer dos seus Membros, a Comissão Especial de Informática considerou o documento oficialmente aprovado. Foi informado, ainda, pela Secretaria de TI, que o portal será desenvolvido pela empresa "Solutio Strata", com previsão de entrada em operação em duas semanas, junto com a nova versão do PJe.

5. IMPLANTAÇÃO DO MICROSOFT TEAMS E EXPANSÃO DO SISTEMA AUDIN – Acompanhando o cronograma obrigatório de implantação do Microsoft Teams para a realização de audiências virtuais, a CEIN foi notificada de que a ferramenta AUDIN já atingira a marca de 14 mil processos atendidos no primeiro grau. A SETIM informou que prova de conceito do Balcão Virtual no Teams apresentou resultados positivos, em testes realizados no Fórum Ruy Barbosa, estando em elaboração a sua regulamentação. Quanto às restrições contratuais, a Comissão foi informada de que o ajuste com o sistema "LifeSize" expira em fevereiro de 2027, sem possibilidade jurídica de renovação, exigindo a aquisição de novas câmeras para depoimento especial, utilizando-se o Teams/audIN, até dezembro de 2026. Para a expansão do AUDIN ao segundo grau (substituindo-se o contrato de gravação de sessões em vigoe), o Presidente da Comissão sugeriu repassar o Termo de Referência atual ao PNUD, ficando o *roadmap* técnico definido para o primeiro semestre de 2027. Deliberou-se, ainda, pela futura criação de um comitê gestor permanente para o AUDIN, estruturado por cargos e não pelos seus ocupantes.

6. DIRETRIZES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INFRAESTRUTURA EM NUVEM – Fiscalizando a governança de IA, a Comissão tomou ciência da aprovação do Gateway de Inteligência Artificial e da lista de projetos prioritários, pelo Comitê de IA. Como ponto de atenção crítico, a SETIM reportou que a migração do PJe 2º Grau gerou um incremento de R\$ 400 mil/mês no contrato de nuvem (SERPRO), atingindo o limite orçamentário mensal do ajuste e limitando o investimento em IA ao gap restante. A CEIN debateu a necessidade de uma decisão estratégica entre ampliar o contrato com o SERPRO ou ir ao mercado, além de avaliar um sistema de controle de custos ("taxímetro") por cotas de tokens. O tema foi mantido em pauta para a próxima reunião.

7. UTILIDADE PRÁTICA E REESTRUTURAÇÃO DA FERRAMENTA DIKAIA – Em detalhado acompanhamento acerca da ferramenta DikaIA (antiga Oxóssi), a Comissão apontou que o sistema de busca por similaridades vem registrando baixa adesão prática, por parte de Magistrados e servidores, devido à divulgação insuficiente e a limitações funcionais da aplicação. Em resposta, o Núcleo de IA apresentou um projeto para transformar o DikaIA em um centralizador indexado de informações processadas por Inteligência Artificial, com a finalidade de economizar tokens, modelo já utilizado pelo sistema "Projudi IA". A CEIN deliberou que o Núcleo de IA deverá apresentar, durante a próxima reunião ordinária, uma demonstração detalhada, tutorial de uso e plano de divulgação da ferramenta, focado nos usuários internos.

8. SUPORTE DA JUSTIÇA, SISTEMAS LEGADOS E DIRETRIZES DA REUNIÃO – Acompanhando as frentes complementares de Tecnologia da Informação, a CEIN registrou o cumprimento da demanda de suporte técnico aos Auxiliares da Justiça (Juizes Leigos e Conciliadores) via Service Desk, considerando o expediente da COJE atendido. No controle do portfólio de sistemas legados, constatou-se o avanço da desativação residual do SAIPRO, bem como, a necessidade de articulação com a Comissão de Descarte e com a DDI para criação de uma tabela de temporalidade, específica para descarte digital. Por fim, em atendimento às pendências apontadas pela inspeção do CNJ, o Colegiado formalizou a aprovação interna do PTD TIC 2025-

2026 e convocou uma reunião extraordinária para o dia 14/09/2026 focada exclusivamente na alteração regimental para transformar a CEIN em Comissão de Governança de TIC.

Salvador, 24 de agosto de 2026.



AFRÂNIO PEDREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
Comissão Especial de Informática do TJBA